

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

**1.1** Contratação de empresa para fornecimento de ração para cães e gatos que estão sob-responsabilidade da Prefeitura no Canil Municipal

**1.2** O objeto deste procedimento não é caracterizado como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	SACOS	QTDE. KG	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
01	Contratação de empresa para fornecimento de ração para cães e gatos que estão sob-responsabilidade da Prefeitura no Canil Municipal						
	Ração para cães – saco de 25kg	Unid.	26	650	R\$ 5,72	R\$ 3.718,00	R\$ 44.616,00
	Ração para gatos – saco de 10kg	Unid.	1	10	R\$ 875	R\$ 87,50	R\$ 1.050,00
					<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.805,50</b>	<b>R\$ 45.666,00</b>

**1.3** A elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) fica DISPENSADA, de modo que todo o estudo acerca da contratação se encontra pormenorizada neste instrumento, em conformidade com o art. 4º do Decreto Municipal nº 782/2024.

**1.4** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

### 2. DO OBJETIVO, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.** A presente solução tem como objetivo o fornecimento contínuo e adequado de ração seca para cães e gatos que se encontram sob guarda, tutela ou responsabilidade da Administração Pública Municipal, por meio de órgãos como centros de controle de zoonoses, abrigos municipais, canis, gatis, ou demais instalações públicas destinadas ao acolhimento temporário ou permanente de animais. O fornecimento abrangerá rações de qualidade nutricional comprovada, adequadas às diferentes fases da vida dos animais (filhotes, adultos e idosos), bem como às suas condições de saúde, conforme especificações técnicas estabelecidas. Essa solução visa garantir o bem-estar dos animais sob-responsabilidade do município, promovendo uma

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



alimentação balanceada e saudável, prevenindo doenças nutricionais e contribuindo para a manutenção da saúde, recuperação e qualidade de vida desses animais até que estejam aptos para adoção responsável ou outras destinações legais.

**2.2.** A presente contratação possui grau alto de prioridade por se tratar de fornecimento de alimentação aos animais sob-responsabilidade municipal, seja por maus tratos, seja por abandono. A continuidade do fornecimento se torna necessária, haja vista que o trabalho de conscientização e doação de animais é extremamente delicado, dependendo diretamente do interesse de munícipes. Uma vez sob-responsabilidade da administração, o não fornecimento de alimentação a estes animais, acarretaria em problemas maiores e estes implicam diretamente no comprometimento dos recursos públicos, podendo causar desequilíbrios orçamentários e logísticos. A contratação de empresa fornecedora de alimentação veterinária é uma ação urgente, estratégica e de interesse público imediato, cujo adiamento comprometeria não apenas o equilíbrio financeiro da municipalidade, mas também a sustentabilidade ambiental e consequentemente a diminuição de animais nas ruas.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**3.1** A presente solução visa garantir a aquisição contínua e adequada de ração para cães e gatos sob-responsabilidade da municipalidade, abrangendo animais acolhidos por programas públicos de proteção animal, abrigos municipais, unidades de zoonoses, além de situações de emergência envolvendo abandono, maus-tratos ou resgates realizados pela equipe da administração pública.

**3.2** A iniciativa busca assegurar a nutrição adequada dos animais, contribuindo para sua saúde, bem-estar e recuperação, promovendo ações alinhadas com políticas públicas de controle populacional, proteção e guarda responsável de animais domésticos.

**3.3** A ração a ser fornecida deverá atender aos padrões nutricionais exigidos para diferentes portes e faixas etárias (filhotes, adultos e idosos), com qualidade comprovada, visando à manutenção da saúde dos animais assistidos. Deverá o setor responsável ter a previsão de entregas periódicas e controle de estoque, garantindo a disponibilidade contínua.

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



## 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA-ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS e LOCAL

4.1. O prazo para fornecimento das rações será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, ocorrendo uma entrega mensal com os quantitativos previstos pela Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, após emissão de solicitação. A contratada deverá se responsabilizar pelo fornecimento das rações contratadas, devidamente embaladas, dentro do prazo de validade, que atendam as especificações exigidas e conforme as normas da ANVISA e órgãos correlatos.

4.2. A entrega das rações realizada nas dependências da Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura, situada à Rua Irmãos Abdelnur, n.º 740, Centro, Angatuba/SP, no primeiro dia útil de cada mês, entre 08h00min e 12h00min.

4.3. A ração deve ser acondicionada em sacos lacrados de fábrica, dentro do prazo de validade para o consumo, assim garantindo a qualidade e a segurança alimentar dos animais. O frete, carregamento e descarregamento, incluindo a mão de obra necessária, serão de responsabilidade da empresa contratada.

4.3.1. A quantidade MENSAL de ração necessária é de 650kg de ração de cães adultos, sendo exigível no mínimo o percentual de 22% de proteína e 10kg de ração de gatos castrados, sendo exigível no mínimo o percentual de 32% de proteína, conforme tabela abaixo:

### Padrão de qualidade das rações de cães adultos

TABELA DE CARACTERÍSTICAS DE RAÇÃO PARA CÃES ADULTOS			
Característica	Máximo / Mínimo	%	Quantidade por porção
Proteína	Mínimo	22,00%	220g/kg

### Padrão de qualidade de ração para gatos castrados

TABELA DE CARACTERÍSTICAS DE RAÇÃO PARA GATOS CASTRADOS			
Característica	Máximo / Mínimo	%	Quantidade por porção
Proteína	Mínimo	32,00	320g/kg

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



**4.3.2.** Para se ter um controle da quantidade ofertada por dia para os animais, é exigido que a ração adquirida seja acondicionada em sacos lacrados de fábrica, sendo de 25kg para cachorros e de 10kg para gatos.

## 5. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

**5.1.** Não será exigida a garantia da contratação de que tratam o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**5.2.** O prazo de garantia dos serviços está definido conforme a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**5.3.** A empresa contratada deverá manter sigilo sobre todas as informações acessadas durante a entrega do objeto contratado. Qualquer dúvida ou necessidade de alteração nos serviços prestados deverá ser formalmente comunicada e autorizada pela Administração Pública. O descumprimento das obrigações previstas poderá resultar na rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.

## 6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

**6.1** Serão considerados para efeito de medição e pagamentos os serviços efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização e atestada pela mesma, respeitada a rigorosa correspondência com o objeto contratado e suas modificações, se houver, quanto aos critérios de medição e pagamento, e em concordância com o estipulado no Edital e seus Anexos.

**6.2** Os pagamentos referentes à execução do objeto contratado serão efetuados em conformidade com as medições, correspondendo ao quantitativo solicitado, mediante a apresentação dos originais das faturas e/ou documento equivalente, devidamente aprovada às medições, assim liberando o pagamento.

**6.3** Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir de cada medição, observando-se para as respectivas realizações, o procedimento e as demais

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



condições e prazos estabelecidos.

**6.4** Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá da sua reapresentação.

**6.5** Não será concedida antecipação de pagamento do crédito relativo aos serviços, ainda que a requerimento do interessado.

## 7. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

**7.1** A gestão do contrato caberá a Secretária Municipal: ***Bruna Almeida Andrade***.

**7.2** A fiscalização será exercida pela servidora: ***Giovana Maria Nogueira***, formalmente designada para o acompanhamento da contratação e entrega dos serviços, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo;

**7.3** O servidor investido na função de fiscal, especialmente designado pela Administração, compete:

**7.3.1** Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

**7.3.2** Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

**7.4** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria de Administração para adoção das medidas cabíveis, consoante ao disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

**7.5** Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR, deverão ser

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

**7.6** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, conforme a legislação vigente;

**7.7** A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;

**7.8** A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

## **8. DO PAGAMENTO**

### **8.1 Liquidação**

8.1.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais dos documentos, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.1.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



8.1.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.4. Constatando-se situação de irregularidade na aquisição/serviço, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.1.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do empenho/contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## 8.2 Prazo do pagamento

8.2.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA após a realização dos serviços, conforme **entrega realizada mensalmente**, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do equipamento/serviço, cabendo à contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação Aviso de Contratação Direta;

8.2.2. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



8.2.3. O órgão poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

8.2.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

8.2.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

## **8.3 Forma de pagamento**

8.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicada pelo contratado.

8.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### 9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta **menor preço**.

9.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira são usuais para a generalidade dos objetos, conforme abaixo:

9.2.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- b) Certidão de Regularidade Junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça); e
- c) Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

9.2.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), visto que esse abrange o cadastro no CNJ, do CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



9.2.1.2. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.1.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## **9.3. Habilitação jurídica**

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## 9.4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista.**

9.4.1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

9.4.4. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



9.4.5. **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.6. **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante as certidões negativa de débitos e negativa de dívida ativa;

9.4.7. **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante as certidões negativa de débitos e negativa de dívida ativa;

9.4.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## 9.5. Qualificação Econômico-financeira

9.5.1. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, caput, inciso II da Lei 14.133/2021;

## 9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares/equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.6.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA

*Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura*



ou da filial do fornecedor.

9.6.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte a contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentro outros documentos.

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 45.666,00 (quarenta e cinco mil seiscentos e sessenta e seis reais)**, conforme Nota Técnica – Relatório da Pesquisa de Preços.

## 11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 Os recursos destinados à execução deste objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Valor previsto na proposta orçamentária:** R\$ 45.666,00

**Fonte de recurso:** 1 – Recursos do município

**Natureza de despesa:** 3.3.90.30.00

**Classificação Funcional:** 20.605.0021.2.028

**Vínculo:** 01.110.0000

**Dotação:** 139

**Descrição de dotação:** Abastecimento

Prefeitura do Município de Angatuba | SP, 27 de Junho de 2025

Responsável pela Elaboração da Demanda:

**GIOVANA MARIA NOGUEIRA**  
*Medica Veterinária*

De acordo:

**BRUNA ALMEIDA DE ANDRADE**  
*Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.*